

3
4 **Ata da 101ª Plenária do Conselho Municipal de**
5 **Assistência Social de Belo Horizonte – CMAS/BH**
6

7 Aos quatorze de fevereiro de 2007, no auditório da Casa dos Conselhos, situado na Rua Eurita, 587 –
8 Bairro Santa Tereza, foi iniciada a 101ª Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Assistência
9 Social – CMAS/BH. A presidente informou que não houve justificativa de ausência por escrito. Em
10 seguida, Sandra Regina passou para os destaques referentes a ata anterior. Discutidas as
11 modificações e correções apresentadas pelos conselheiros presentes com relação a Ata da 100ª
12 Plenária, a mesma foi colocada em votação e aprovada com 21 votos. Logo após Sandra Regina
13 apresentou os pontos de pauta: 1) Parecer do Grupo de Trabalho das Clínicas do CMAS sobre os
14 desdobramentos relativos ao Diagnóstico (Assistência Social) e licitação (Saúde); 2) Apresentação do
15 Serviço de Qualificação Profissional; 3) Discutir condições de trabalho e recursos humanos do
16 equipamento NAF da Região Norte, tendo em vista a precariedade de seu funcionamento
17 denunciando na 98ª Plenária deste Conselho; 4) Discutir mensagens e Comunicados da SMAAS; 5)
18 Discutir realização de uma Plenária Conjunta (conselheiros da sociedade civil eleitos em 2006 e
19 conselheiros atuais) para março de 2007. Em seguida Sandra Regina passou para Domingos Sávio
20 de Araújo, Secretário Executivo do CMAS/BH para que fizesse a leitura da síntese do GT das
21 Clínicas. Sávio informou que de acordo com o balanço do Diagnóstico das Crianças atendidas pelas
22 Clínicas (no período de 21/08 a 31/01/07) apresentado no GT das Clínicas pela SMAAS, na reunião
23 do dia 13/02/07 verificou-se que: - existe uma defasagem considerável dos números de
24 agendamentos e o número de avaliados, ou seja, mais da metade dos atendidos em clínicas ainda
25 não foram avaliados; - constatou-se que usuários de 7 entidades ainda não foram agendados tais
26 como: AMR, Associação São Rafael, Instituto Santa Inês, Fundação Dom Bosco, APAE, Núcleo
27 Assistencial Caminhos para Jesus e Associação Pró-excepcional (campo da habilitação/reabilitação).
28 O GT questionou a velocidade com que aconteceram as inserções/encaminhamentos pela SMAAS.
29 Informou que com relação à Saúde, 24 clínicas das 37 aderiram ao contrato emergencial que significa
30 a continuidade dos serviços por 3 meses nas condições conhecidas (pagamento igual ao ano de
31 2006) até que as pendências (tais como: alvará de vigilância, Cadastro Nacional de Estabelecimento
32 da Saúde, SUCAF, Vistoria, etc.) sejam cumpridas pelas contratadas possibilitando posteriormente o
33 chamamento público, cujo desdobramento seria a normatização do atendimento sistemático contínuo
34 anual dos usuários dos serviços de habilitação e reabilitação. A representante da SMAAS, Ana
35 Rogéria Victório Caon (Gerência Proteção Social Básica) fez a apresentação do quadro contendo os
36 dados do “Balanço do Diagnóstico da Crianças Atendidas pelas Clínicas – Período 21/08/2006 a
37 31/01/2007”. Ana Rogéria informou que em relação aos dados da avaliação que o número de
38 agendamentos foi de 4.000 crianças incluindo casos de reagendamento que correspondem a 67,4%
39 do universo de 5.928 crianças atendidas nas clínicas. O número de avaliados foi de 1.711 crianças,
40 que corresponde 42,8% e que o número de faltosos é de 2.289 que corresponde a 57,2%. Colocou
41 que há um número significativo de crianças não localizadas (endereços incompletos) e que faltam
42 1.610 crianças a serem agendadas. Ana Rogéria falou que do ponto de vista do agendamento o
43 índice de comparecimento foi baixo, ou seja, 42,8% que significa 1.711 avaliados. Disse que o índice
44 foi baixo por vários motivos e que não tem como levantar nesse momento todos os motivos, mas que

45 grande parte é por problema de endereço. Falou que existe a proposta de chamar novamente os que
46 não compareceram. Ana informou que 408 crianças (24% do total de encaminhamentos) foram
47 encaminhadas para os serviços da Assistência Social da Proteção Social Básica e Especial, sendo:
48 Muriki, 112 encaminhamentos, 30 inserção e 82 em processo de inserção. Socialização Infanto
49 Juvenil, 140 encaminhamentos, 41 inserção e 99 em processo de inserção. Núcleo de Apoio à
50 Família – NAF, 40 encaminhamentos, 3 inserção e 37 em processo de inserção. Novo serviço
51 (reformulação do “Arte da Saúde”), 54 encaminhamentos, nenhuma inserção e 54 em processo de
52 inserção. Programa para Jovens, 38 encaminhamentos, 7 inserção e 31 em processo de inserção.
53 Criança Pequena, 8 encaminhamentos, nenhuma inserção e 8 em processo de inserção. Outros
54 (PSE), 16 encaminhamentos, nenhuma inserção e 16 em processo de inserção. Ana Rogéria falou
55 que uma das dificuldades encontradas é a falta de entidades para atender perto de casa e que o
56 público jovem não consegue vaga no Programa para Jovens. Informou que existem 36 casos graves
57 que estão fora das áreas dos equipamentos. Ela colocou que está previsto para março a ampliação
58 do MURIKI e que será pautado posteriormente ao Conselho, o reordenamento desse serviço. Ana
59 Rogéria concluiu fazendo a leitura dos dados referente ao número de encaminhamentos para a
60 educação, 614 (35,8%) do total de encaminhamentos; sendo: 304 encaminhamentos para escolas
61 municipais e 310 para a rede estadual. Logo após, Maria da Ajuda Luiz dos Santos, da Gerência de
62 Projetos Especiais da Secretaria Municipal de Saúde fez a apresentação dos dados referentes à área
63 da saúde no Diagnóstico. Informou que dos 1.066 casos de encaminhamentos para saúde (62,3% do
64 total de encaminhamentos), esses casos estão distribuídos da seguinte forma: 499 casos
65 encaminhados para Reabilitação; 275 casos para a Saúde Mental; 150 casos encaminhados para os
66 Centros de Saúde e 142 casos para outros (alta) serviços da rede. Maria da Ajuda colocou que todos
67 esses casos estão sendo avaliados e inseridos na rede de atendimento, conforme demanda
68 apresentada. Informou que o município tem um déficit na reabilitação e falou sobre a necessidade de
69 rever a oferta da reabilitação com os prestadores de serviço, ou seja, com as clínicas conveniadas.
70 Falou da existência de um documento, ou seja, acordo firmado entre a Secretaria Municipal de Saúde
71 e a FEBIEX, acertando algumas flexibilidades para adequar a documentação. Informou também que
72 foi feito um contrato emergencial provisório, com vigência até 31/03/2007, com os prestadores
73 atualmente conveniados que apresentaram proposta para credenciamento até 31/03/2007.
74 Acrescentou que no contrato emergencial firmado até março haverá a garantia de pagamento no
75 mesmo valor que recebiam da Assistência. Após 31/03/07, os contratos serão baseados no
76 pagamento exclusivamente pela produção. Maria da Ajuda concluiu dizendo que após essa data o
77 Fundo Municipal de Saúde não tem como pagar se não for pelas normas do SUS a serem seguidas.
78 Finalizou, registrando a presença dos outros dois representantes da Saúde, para algum
79 esclarecimento que se fizer necessário, a saber: Carlos Alberto Silva Martins (médico da Gerência de
80 Controle e Avaliação – SUS/BH) e Maria Suely R. Valentim (Terapeuta Ocupacional da Coordenação
81 da Equipe de Avaliação). Em seguida, Sandra Regina falou do compromisso deste Conselho
82 acompanhar todo o processo de transição das Clínicas e abriu para os esclarecimentos do plenário. A
83 Senhora Ivone de Araújo, presidente da FEBIEX (Federação das Instituições de Reabilitação do
84 Estado de Minas Gerais) fez a leitura de uma correspondência encaminhada a ela pela SMAAS, que
85 segundo a mesma falava sobre o corte dos convênios determinado pelo TCU – Tribunal de Contas da
86 União. Falou que se tratava de um convênio “guarda-chuva” que segundo Ivone foi condenado no Rio
87 Grande do Sul. Questionou o modo de como está sendo feito e que está consultando advogado se há
88 possibilidade de fazê-lo. A conselheira Nelly Costa Bittencourt fez um esclarecimento a plenária sobre

89 a existência do item 11.7 do Parecer do TCU com relação às Clínicas. Falou sobre a falta de
90 conhecimento dos conselheiros ao votar sem conhecer a matéria. Questionou a existência do
91 Programa Arte na Saúde. Disse que foi uma arbitrariedade acabar com o programa sendo que não há
92 equipamentos para receber os usuários. Falou que o programa está sendo estruturado agora e que
93 as crianças com distúrbio de comportamento já tinham a arte, mas tinham o atendimento e
94 acompanhamento das famílias. Informou que sua Clínica não fez convênio com a Saúde. Finalizou
95 dizendo da irresponsabilidade da SMAAS que já deveria estar trabalhando a mais tempo para receber
96 essas crianças e que o Conselho também agiu com irresponsabilidade ao tomar uma decisão sem ler
97 e conhecer o documento por completo. A conselheira Edna Lúcia do Carmo Andrade manifestou uma
98 preocupação já citada anteriormente, referente ao que seria feito com as crianças das Clínicas que
99 não estão tendo atendimentos pelas Clínicas que foram cortadas. Exemplificou com alguns casos não
100 atendidos na Região Norte. Em seguida, a representante da Saúde, Maria da Ajuda esclareceu que
101 foi feito o pagamento em janeiro para as Clínicas independente da negociação e que nenhuma Clínica
102 comunicou o não atendimento. Informou que a partir de fevereiro será remanejado para a rede as
103 crianças sem atendimento. A conselheira Darci Maria de Souza Vilaça informou que a porta de
104 entrada é o diagnóstico e que o prazo de inserção vai até 31/03/07. Acrescentou que até 31/01/07 o
105 acordo firmado era de não tirar ninguém das clínicas. Darci finalizou dizendo que o serviço não é
106 regionalizado ele é oferecido de acordo com a modalidade e o serviço que a criança precisa. Logo
107 após, Sandra finalizou esse ponto fazendo algumas considerações. Falou que o processo é lento,
108 mas que isso não tira a responsabilidade do Conselho num assunto tão complexo. Chamou a atenção
109 para o fato do Conselho ser reativo e que isso precisa ser revisto, pois o Conselho precisa de mais
110 tempo para discutir determinadas matérias e que às vezes se vê atropelado pelo curto espaço de
111 tempo para discutir e tomar decisões. Em seguida, Sandra passou para a Sra Lúcia Marli de Oliveira
112 da Secretaria Municipal de Políticas Sociais a apresentação do 2º Ponto de Pauta: - Apresentação do
113 serviço de Qualificação do “Programa Municipal de Qualificação”. Informou que esse Programa
114 trabalha com recursos do ROT (Recursos do Tesouro) e dos convênios com o Ministério do Trabalho
115 e Emprego, executados em parceria com as instituições educacionais de Belo Horizonte. Falou que
116 até agora, a qualificação foi de forma descentralizada, com 245 cursos abrangendo aproximadamente
117 90 mil pessoas qualificadas, com curso de duração com menos de 200 horas. Colocou que desde a
118 criação da Gerência foi cumprido o seu programa e que em meados de 2006 foi feita a exposição e
119 análise dos Programas. Destacou que a proposta era fazer com que a qualificação tivesse objetivos
120 comuns, tais como: Organizar as diversas experiências desenvolvidas isoladamente pelos diversos
121 órgãos da Prefeitura. Outro objeto era planejar, coordenar, monitorar e analisar os resultados da
122 execução dos cursos financiados. Nesse sentido, o primeiro passo foi criar a Coordenação, composta
123 por: Secretaria Municipal de Políticas Sociais, de Educação, Assistência Social, Abastecimento e de
124 Direitos de Cidadania. O público alvo prioritário é o beneficiário de programas sociais municipais, os
125 atendidos nos programas de intermediação e seguro desemprego e nas Agências Municipais do
126 SPETR. Lúcia falou que os cursos terão um certificado de reconhecimento emitido por instituição
127 competente na área da formação profissional. Finalizou apresentando as diretrizes/condições para
128 matrícula nos cursos e da proposta de distribuição de recursos para 2007. Logo após, Ana Maria
129 Soares Wolbert da Gerência de Inclusão Produtiva da SMAAS apresentou um dado complementar
130 referente ao n.º de usuários qualificados em 2006, que foi de 4.331 pessoas. Informou que essa
131 qualificação ocorreu dentro dos Qualificart's e através das 36 parcerias com entidades nessa área.
132 Terminada a apresentação foram dados os esclarecimentos solicitados pela plenária. A conselheira

133 Darci informou que provavelmente em abril será pautado no Conselho os critérios do chamamento e
134 que no final do ano de 2006 as entidades foram chamadas para apresentar a proposta e estender o
135 convênio até 30/06. Sandra finalizou esse ponto dizendo ser importante fazer um movimento político
136 do processo para envolver as entidades na discussão que ocorrerá em abril sobre os recursos dessa
137 área no que se refere a Assistência Social. Em seguida, passou para o 3º Ponto de Pauta –
138 Discussão das condições de trabalho e recursos humanos do equipamento NAF da Região Norte.
139 Sandra passou para a Conselheira Edna Lúcia, representante de usuário da Norte a apresentação.
140 Edna recuperou alguns pontos levantados anteriormente na 98ª Plenária, sobre as condições
141 precárias de funcionamento do NAF da sua região. Solicitou informações da SMAAS com relação as
142 providências que foram tomadas para solucionar os problemas quanto a insuficiência de técnicos para
143 o atendimento, problema esse que vai completar 2 anos; sobre as condições de trabalho inadequadas
144 tais como: falta de privacidade no atendimento e falta de equipamentos necessários ao trabalho. A
145 conselheira e representante da SMAAS, Darci Vilaça informou que em relação a equipe técnica foram
146 viabilizados 2 profissionais concursados que tomaram posse e já estão trabalhando. O conselheiro
147 Paulo Emílio Gonçalves e representante governamental da Regional Norte informou que em relação
148 as condições de trabalho e estrutura física nenhuma providência foi tomada até o momento. Colocou
149 que o problema foi comunicado ao gestor da Regional Norte sobre as condições físicas do NAF, mas
150 que em função da substituição recente de Secretário está aguardando retorno. O conselheiro Luiz
151 Fernando de Abreu Xavier propôs que toda vez que fosse implantar um NAF, que o Conselho ficasse
152 atento e que questionasse à SMAAS quanto a sua estrutura física e de recursos humanos nos NAF's.
153 A conselheira Darci Vilaça informou que a SMAAS já está fazendo um parecer sobre as condições de
154 funcionamento dos novos NAF's, e que não é de responsabilidade da SMAAS a manutenção física
155 desses equipamentos. A conselheira Edna Lúcia solicitou ao Conselho que fizesse o
156 acompanhamento das condições de funcionamento desse NAF, inclusive comparando com o
157 funcionamento dos outros NAF's. Sandra finalizou esse ponto solicitando que fosse dada
158 continuidade pela Comissão de CRAS/CLAS a proposta de realização das caravanas para
159 acompanhar os serviços da assistência. Em seguida, Sandra passou para apresentação do 4º Ponto
160 de Pauta – Discussão de Mensagens e Comunicados da SMAAS. Sandra passou para Sávio que fez
161 a leitura do Parecer da Comissão de Financiamento sobre os Comunicados e Mensagens sobre a
162 formalização de convênio com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome para
163 execução do projeto ECOBLOCO II. A Comissão de Financiamento fez as seguintes observações:
164 “por se tratar de um recurso novo para a Assistência Social, a Comissão entendeu que tal destinação
165 seja resolvida pelo chamamento público (Lei de Parcerias). A Comissão questiona o caráter unilateral
166 da justificativa pela qual a ASMARE foi previamente escolhida como entidade executora parceira,
167 tendo em vista a mesma, com desenvoltura e tradição, ter desenvolvido o ECOBLOCO I”. Afim de
168 que a proposta apresentada no Comunicado tenha parecer favorável dessa Comissão, a mesma
169 solicitou à SMAAS que apresentasse em plenária do dia 14/02/07, uma justificativa mais consistente.
170 Logo após, Ana Wolbert apresentou o comunicado referente a formalização de convênio com o MDS
171 para execução do Projeto ECOBLOCO II – Inclusão Produtiva – Geração de Trabalho e Renda por
172 meio de reaproveitamento de entulho para produção de blocos e artefatos de concreto. Ana
173 esclareceu sobre o motivo pelo qual o ECOBLOCO foi feito através de termo aditivo com a ASMARE.
174 Colocou que tal procedimento justifica-se por não ter mudado a ação e o público alvo (moradores e
175 ex-moradores de rua), não se caracterizando portanto, em nova ação. Disse que houve toda uma
176 avaliação técnica e que o Projeto ECOBLOCO II é uma expansão, ou seja, ampliação da ação. A

177 conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga esclareceu à plenária que apesar do equívoco cometido pela
178 SMAAS, na forma de apresentação ao Conselho sobre o que é comunicado e mensagem, o
179 ECOBLOCO é um aditivo, onde foi adicionado recurso. Solicitou que o grupo de trabalho – GT de
180 mensagens que não conseguiu ainda terminar o trabalho agilizasse o processo. Foram dados alguns
181 esclarecimentos. O conselheiro Luis Fernando de Abreu Xavier questionou a falta de argumentos
182 jurídicos para analisar a questão, sendo que os conselheiros não tem em mãos o contrato e o termo
183 aditivo, em virtude da Lei. A conselheira Darci enfatizou que os aditivos já tem o aval da representante
184 jurídico da PBH. Colocado em votação foi referendado o comunicado com 18 votos e 3 abstenções.
185 Na seqüência, Liliane Neves do Carmo da Gerência de Promoção Social da SMAAS fez a
186 apresentação da mensagem n.º 001/2007 que trata sobre a escolha de novas entidades para o
187 atendimento integral a idosos dependentes e independentes em instituições de longa permanência –
188 ILPI's. Liliane apresentou a justificativa para adequação de per capita para atendimento a idosos em
189 instituições de longa permanência. Informou que em função de ação não prevista na Política Nacional
190 de Assistência Social – PNAS, intervenção junto a pessoas usuárias de drogas (dependente químico)
191 ação executada pela SMAAS (Educação Preventiva), que o recurso oriundo do desconvenimento
192 seja utilizado para esses idosos, através de chamamento público. Colocou que tal procedimento
193 justifica-se em função da necessidade de expansão das metas de atendimento em ILPI's. Informou
194 também que o investimento maior da SMAAS é em ação voltada para os idosos na Proteção Básica,
195 com 54 grupos de convivência conveniados. Disse que a SMAAS tem convênio com 1 república para
196 idosas que exige que o idoso seja independente para as atividades de vida diária e que, quando o
197 idoso apresentar algum grau de dependência, o mesmo deverá ser encaminhado para ILPI. Informou
198 que a institucionalização é a última opção, mas que quando o idoso chega numa certa condição ele
199 demanda por esse tipo de serviço (ILPI). Ressaltou que estão realizando um estudo junto ao
200 Conselho Municipal do Idoso e Secretaria de Saúde sobre o perfil dos idosos institucionalizados em
201 entidades conveniadas. Liliane concluiu apresentando os dados referentes as instituições de longa
202 permanência conveniadas, sendo: 18 ILP (17 asilos e 1 república) com 824 vagas das entidades
203 conveniadas, e que, 20% das vagas é a cota da SMAAS, ou seja, 165 vagas divididas para idoso
204 independente = 129 vagas (R\$27,80 percapita) e idoso dependente = 36 vagas (R\$60,85 percapita).
205 Finalizando esse ponto, a conselheira Léa Lúcia disse que apesar de Belo Horizonte ter feito uma
206 opção clara de investir na prevenção como deliberação de Conferência, existem idosos que precisam
207 e vão precisar desse serviço. Portanto, a gestão também precisa garantir os serviços de alta
208 complexidade. A conselheira Maria Fontana Cardoso Maia da Coordenadoria Municipal do Idoso
209 disse que investir na prevenção é ótimo, mas que não se pode negligenciar o idoso abandonado, pois
210 não há vagas para encaminhar. Colocada em votação a mensagem n.º 001/2007, foi aprovada com
211 20 votos e 1 abstenção. Logo após, foram dados os informes. A conselheira Léa Lúcia informou que a
212 Posse dos conselheiros foi agendada para o dia 27/02/07 às 9:30. Solicitou que fosse feita a
213 mobilização dos CRAS e CLAS para a cerimônia de posse. Sandra encaminhou a proposta de
214 realização de uma plenária conjunta com os conselheiros da sociedade civil eleitos em 2006 e os
215 conselheiros atuais para o dia 14/03/2007, sendo aprovada. Nada mais havendo, eu Léa Lúcia Cecílio
216 Braga, Secretária Geral do Conselho Municipal de Assistência Social, lavro e assino a presente ata.
217 Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2007.